

História dos Media

Da oralidade à reprodução mecânica da escrita I

A história da comunicação é a história da luta travada pelo homem para a apropriação colectiva do mundo exterior. É a história do pensamento e da sua expressão para organizar e fundamentar a actividade colectiva. Não há por isso nenhuma história da comunicação, nem tão pouco nenhuma resenha simplificada do seu progresso, que possa ser traçada com abstracção das condições de apropriação da natureza e das relações sociais estabelecidas na luta pela sobrevivência e evolução da espécie humana.

A comunicação sempre existiu e continuará existindo, mas ao longo do tempo ela vai se desenvolvendo e sendo adaptada aos diversos grupos existentes, nas diversas camadas que eles se encontram.

A linguagem oral desenvolveu-se como instrumento da vida conjunta e da coesão da horda nómada.

A fala é a forma de coordenação dos ritos e dos hábitos comuns que são mantidos pela autoridade religioso-mítica do chefe.

As inscrições gráficas primitivas começam a acompanhar a fala.

As linhas, os pontos, as incisões em ossos ou pedras são as primeiras representações conhecidas. O seu início detecta-se por volta dos 30 000 anos antes da nossa era.

Só mais tarde surgem os primeiros desenhos, que vão evoluindo até às pinturas rupestres. Esses desenhos estão marcados por uma visão do mundo simbólica e mítica.



Complementar da voz, foi o gesto, o fogo, sons de instrumentos, a música, a dança

A sedentarização, ao permitir que o Homem vivesse num agregado urbano e criasse novas formas de vida económica, deve ter gerado novos vocábulos e complexificado a

linguagem. A cidade impulsionava a necessidade de registrar, quer tratos económicos, quer registos históricos, quer novos códigos comportamentais.

Durante muitos séculos, a leitura e a escrita foram apanágio de uma elite, inicialmente de escribas e sacerdotes a que se foram agregando outras, ao longo dos tempos, as quais acabavam por exercer uma real autoridade sobre a maioria iletrada. A escrita levaria milénios a democratizar-se e a sobrepor-se à oralidade.

Foi no final do período neolítico que os Sumérios criaram um artifício organizado em sílabas para significar o que era falado por eles, e posteriormente este recurso serviu de estímulo para um outro povo criar o alfabeto. A forma de escrita mais antiga registada ocorreu no Médio Oriente e é chamada “escrita cuneiforme”.

No início, a escrita era feita através de desenhos: uma imagem estilizada de um objecto significava o próprio objecto.

Finalmente, o sistema pictográfico evoluiu para uma forma escrita totalmente abstracta, composta de uma série de marcas na forma de cunhas e com um número muito menor de caracteres.

A escrita reflectia também, na sua origem, a psicologia do povo que a criou, traduzia a lógica e o raciocínio de uma dada época e ambiente social. O universo dos símbolos e dos signos revelava-se um instrumento de socialização do ser humano. O nome que o ligava a uma família, a casa/ cidade, etc... possuíam um valor mnemónico e ajudavam o orador ou o celebrante a entrar em contacto com as realidades representadas abstractamente. A sua evolução integrava-se no tempo da longa duração.

A escrita egípcia, surgida também no 4º milénio, com cerca de dois séculos de atraso em relação à escrita suméria, tinha uma função sagrada.

Os antigos egípcios acreditavam que sua escrita sagrada - datada de 3.100 a.C. - era um presente de Thoth, o deus da sabedoria. Entretanto, os estudiosos contemporâneos afirmam que o povo do Nilo sofreu influências da escrita mesopotâmica.

Qualquer que seja a sua origem, a escrita hieroglífica foi um instrumento que possibilitou aos egípcios registarem dados diversificados de sua cultura: da vida quotidiana da população até as proclamações dos sacerdotes e decretos reais. Traduzindo ao pé da letra, "hieróglifo" significa "inscrição sagrada". Outras formas de escrita gravavam textos mundanos; os hieróglifos aspiravam a eternidade.

Detalhada e meticulosamente gravados, os hieróglifos geralmente associavam símbolos fonéticos com imagens de objectos reais. Não havia vogais, e predominava pouco espaço. Leitores dependiam do contexto e do senso comum para ajudá-los a decifrar o significado. Essa escrita era comumente lida da direita para a esquerda, ou de cima para baixo. Mas sempre houve excepções.

Os egípcios abandonaram os hieróglifos no quarto século depois de Cristo, pois os líderes cristãos se opuseram ao uso dos símbolos pagãos. Algumas centenas de anos mais tarde, sob a

administração dos islâmicos, o Egito adoptou o árabe como língua popular. Em pouco tempo as inscrições antigas perderam o seu sentido. Elas permaneceram um mistério por séculos.

Na China, a escrita surgiu no 4º milénio como resposta a processos adivinhatórios e a necessidades de cálculo e contabilidade. Era uma escrita mágico-religiosa. Aplicando-se desde muito cedo, a esquematizar e a estilizar os seus caracteres, os chineses conceberam a sua escrita como uma álgebra.

Nascidas no seio de culturas dominadas pelo animismo, essas escritas não chegam a fazer a separação entre a realidade do significado e o significante. Além disso, o uso do ideograma impôs polissemias e relações que não são obrigatoriamente as da palavra representada. Daí a tentação de procurar, na linguagem múltipla desses sistemas, as realidades escondidas do mundo invisível.

Evolução – cada símbolo passa a representar um som- escrita fonética.

História e Jornalismo

Jornalista como historiador do presente.

- Linguagem;
- Verdade;
- Criam representações constantes sobre o mundo;
- Os bons jornalistas deveriam se esforçar para garantir uma espessura histórica às notícias. Ou seja, devem contextualizá-la.

“ (...) O jornalista (...) escreve o primeiro testemunho do que virá a ser História. No decorrer de um único dia, as notícias envelheceram, perdendo qualquer actualidade, (...) Para o historiador aquela edição antiga se transforma também em um documento histórico em um registo cristalizado no tempo e passível de ser analisado a partir de um método historiográfico. Ao lado de outros textos acumulados em bibliotecas e acervos, o jornal passa a ser um lugar de memória, apenas à espera de alguém que possa interpretá-lo adequadamente. Em outras palavras, os materiais que os jornalistas produzem serão utilizados pelos historiadores como fontes de pesquisa”

Historiador

- Visão global do acontecimento - Importante
- Distância temporal
- Público restrito
- Identificação das fontes

Jornalista

- Visão parcial – Interessante
- Proximidade temporal
- Público vasto
- Não é obrigatório revelar as fontes

O historiador está submetido aos métodos da pesquisa académica, ao passo que o jornalista está mais diretamente envolvido com a lógica do mercado.

O historiador é chamado para participar nos meios de comunicação social, a fim de esclarecer sobre os eventos da actualidade; o presente foi reincorporado aos domínios da historiografia, representando, assim, um ponto de encontro possível entre a História e o Jornalismo.

Os média impõem o vivido como História

Jornalista “antecessor” do Historiador.

Jornalismo e História são duas disciplinas autónomas que, no entanto, compartilham vários traços em comum. Ainda que o historiador trabalhe com o passado, e o jornalista, com o presente, ambos constroem representações discursivas sobre a realidade. Esta interdisciplinaridade abre espaço para se repensar a prática jornalística sob um ângulo diferente, que permita reconsiderar o jornalista como um historiador do presente.

História da Imprensa Portuguesa

Os primórdios

Transmissão oral – manuscritos

Século XVI - carta, relações, etc... (situação do mercado, etc...)

Em Portugal temos conhecimento da existência de papéis informativos avulsos desde os finais do século XVI.

A primeira folha manuscrita de que temos conhecimento em Portugal é datada de 19 de Outubro de 1588 e intitula-se: *Notícia da infelicidade da armada de sua majestade que escreveu o mestre de Santa Catarina.*

Falta de credibilidade.

Duas publicações atribuídas ao chantre Manuel Severim de Faria e foram apontadas como os primeiros jornais portugueses. *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e do Oriente desde o mês de Março de 1625 até todo Setembro de 1626*, impressa em Lisboa em 1626 e reimpressa em Braga no ano seguinte. A segunda, *de Março de 1626 a agosto de 1627*, foi impressa em Évora em 1628. São resenhas de acontecimentos, sem periodicidade.

Tengarrinha defende que o jornalismo nasceu, em Portugal, como em qualquer outro país, pela confluência de três fatores distintos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela notícia.

O primeiro jornal português foi a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, publicada em Lisboa.

Com os monarcas espanhóis a liderarem a corte portuguesa, o governo viu nas relações e/ou nas gazetas, o meio ideal para transmitir as suas ideias contrárias ao domínio filipino.

Entretanto, surge o “Mercúrio Português” que tentou “reproduzir” os periódicos que iam surgindo nos países nórdicos. Os estudiosos da imprensa periódica sustentam que havia diferenças claras entre os “mercúrios” e as “gazetas”, possuindo estas um carácter mais noticioso, e os primeiros um carácter mais político.

O *Mercurio Portuguez* é o primeiro periódico político português, publicado em Lisboa entre Janeiro de 1663 e Dezembro de 1667, e cujo nome, à semelhança de outras publicações europeias, é uma referência ao simbolismo do mensageiro dos deuses.

Em Agosto de 1715 surgiu a *Gazeta de Lisboa*, publicada, até 1760, por José Freire Monterroio Mascaranhas. A *Gazeta de Lisboa* era um periódico oficioso, com dimensões de livro, que oferecia notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro, de acordo com o escrito no frontispício: “História Anual cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa”.

As notícias já evidenciam:

1. A ambição noticiosa da imprensa, que abarca, inclusivamente, a informação internacional (algumas notícias eram extraídas das publicações estrangeiras);
2. Os problemas nos fluxos de informação, que retardam a divulgação noticiosa dos acontecimentos;
3. A atenção dada às personalidades de elite e aos seus actos, valor notícia que ainda hoje se evidencia como critério de selecção de informação;
4. A narração de factos pouco relevantes, na ausência de “notícias duras” (com excepção da notícia da eclosão da guerra russo-sueca);
5. O estilo narrativo das notícias, simples mas algo rebuscado e, por vezes, engalanado por adjetivos (que corresponderia ao gosto e às formas de expressão “elegantes” da época);
6. A interligação de “factos independentes” na narração, conforme é particularmente visível na primeira notícia;
7. Uma certa noção de que o início da notícia deve ter algo importante a dizer.

Entre 1760 e 1762, a *Gazeta de Lisboa* passou a ser elaborada e publicada pelos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por privilégio real, passando, então, a ser conhecida popularmente como *Gazeta dos Oficiais da Secretaria*. A partir dessa altura, a *Gazeta de Lisboa* passou a seguir uma orientação ainda mais administrativa. Ou seja, forneceu a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, actualmente designado *Diário da República*.

Segundo Tengarrinha, logo na primeira metade do século XVIII, Portugal vê nascer cinco jornais. Para além destes regista-se também o aparecimento de publicações variadas; desde os jornais recreativos, aos almanaques e outros folhetos. Esta variedade haveria de se acentuar durante o período pombalino, com o aparecimento de publicações de carácter histórico, científico, literário, entre outros.

Mas este era o tempo das luzes, da ciência, da razão e do domínio do homem sobre a natureza. Era também, em Portugal, uma época de forte censura, com o governo de Marquês de Pombal. Os jornais da época acabaram apostar na ciência e na transmissão de conhecimentos.

A isso se refere Tengarrinha quando diz que a burguesia ligada aos negócios precisava de adquirir rapidamente uma vasta cultura. Não uma cultura, como a da aristocracia, baseada nos pesados e austeros moldes clássicos, mas leve, variada, servindo as necessidades imediatas da vida, tanto no domínio económico como social. Nada melhor, para isso, do que esses jornais enciclopédicos que ministravam “em pequenas doses”, conhecimentos gerais de literatura, artes, história, etc...

Outro dos fatores resultantes desta diversificação da imprensa, para além de maior abrangência de público, resulta na criação de uma força de influência junto destes grupos populacionais. Os meios de comunicação passam assim a ser ferramentas capazes de transmitir ideias e de provocar mudanças. É precisamente com as primeiras invasões que os boletins, panfletos e manifestos parecem dar alguns passos no sentido de fidelizar públicos e introduzir hábitos de leitura.

Começam então a aparecer as primeiras publicações de carácter noticioso, dando conta das evoluções do conflito armado contra as invasões francesas. Os textos, muitas vezes retirados de publicações espanholas e inglesas, mostram já outro tipo de redacção. “Aqui ou além, entre a pretensa objectividade das notícias, insinuam-se tímidas ideias liberais.” Para além destas pretensas notícias e informações, os jornais da época recebem também textos opinativos que defendem fervorosamente a pátria portuguesa. Durante todo o período das invasões muitas foram as formas utilizadas para passar as mensagens.

A Revolução da Imprensa

Cultura imprensa

Uma questão fulcral para a compreensão das transformações na transmissão cultural na Época Moderna é o aparecimento da imprensa.

O advento da tipografia significa:

1. Modificação na memória e transmissão da cultura;
2. Criação de novos ofícios e públicos leitores;
3. Superação do monopólio clerical da cultura escrita.

O surgimento da imprensa corresponde a uma grande revolução técnica.

O período do Renascimento, e particularmente, as décadas entre 1450 e meados do século XVI, foram propícias ao desenvolvimento das técnicas de comunicação.

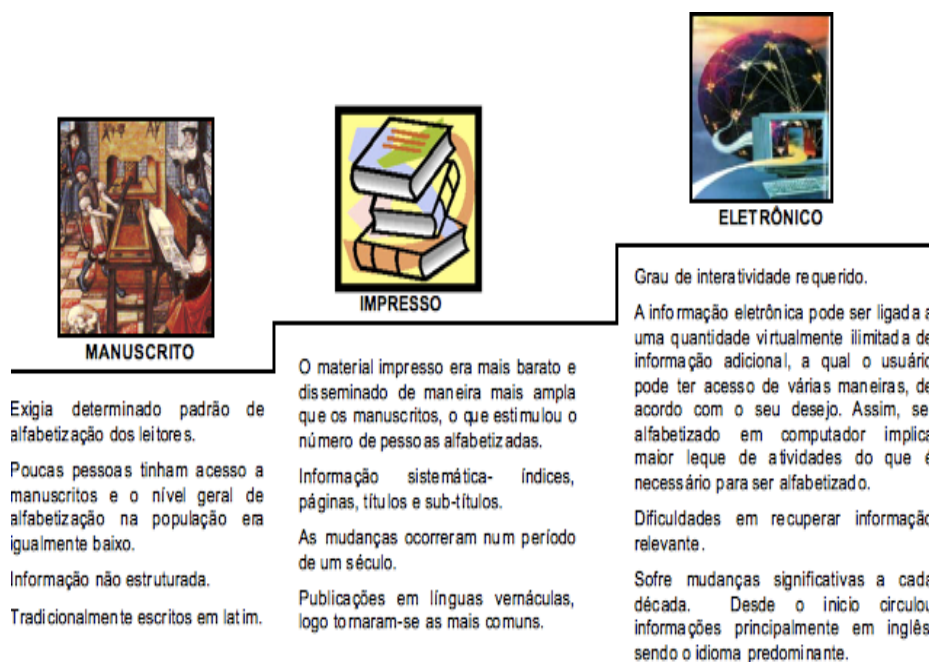
A transformação do documento escrito em livro impresso é frequentemente apresentada com símbolo das mutações intelectuais e sociais que caracterizam a saída da Idade Média e que transformaram o documento escrito num incomparável instrumento de comunicação.

Transmissão da cultura: civilização medieval (homem auditivo), universidades (lentes), homem tipográfico (visual).

A imprensa anunciou uma progressiva democratização e laicização da cultura e, segundo alguns autores, a definitiva disjunção entre a cultura das elites e a cultura popular.

A imprensa nasceu num meio de ourives e moleiros, que beneficiava dos progressos ocorridos no século XV na metalurgia. Porém, para que o progresso da imprensa pudesse depender de um sistema técnico completo, era necessário sem dúvida a substituição do pergaminho pelo papel (entre 1350 e 1450). O fabrico dos caracteres dependia de processos conhecidos, mas era materialmente inconcebível imprimir no pergaminho, pois o material não era suficientemente liso para suportar os novos processos de tintagem e de prensa.

O crédito da invenção da imprensa foi dado a **Gutenberg**, alemão, que substituiu as pranchas xilográficas por caracteres móveis de madeira, depois pelo cobre e, finalmente, pelo aço. Criou um processo que consistia em cunhar as letras em matrizes de cobre, com um punção de aço com letras gravadas em relevo, gerando uma espécie de molde de letras, que eram finalmente montadas em uma base de chumbo, tintadas e prensadas. Assim, Gutenberg produziu a primeira Bíblia, impressa em latim, com uma tiragem de cerca de 300 exemplares.



Imprensa Industrial

O *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, em Portugal, da fase do jornalismo industrial (a imprensa é vista como um negócio, como uma indústria semelhante às demais), que dará a matriz para os tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais” de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redações com várias dezenas de profissionais, nas quais o repórter adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal”, isto é, ao articulista que escrevia os artigos políticos.

Se noticiar era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objecto sobre os sujeitos que o enunciam (objectividade).

Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela atividades das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos.

O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de Dezembro de 1864. Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspecto (paginação a quatro colunas), na dimensão (que já era de jornal, sensivelmente semelhante aos atuais tablóides), e ainda no preço.

O *Diário de Notícias* “será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes (...). Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor.”

As notícias no *DN*, porém, sucediam-se umas às outras, sem intenção de ordem e hierarquia, com excepção da primeira, que dizia respeito à Chefia do Estado: “Suas Majestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes”. Nesta notícia, que se resume a um parágrafo-lead (como muitas outras), evidencia-se a mais-valia noticiosa que constitui a referência a pessoas de elite, valor que é quase intemporal na cultura ocidental.

Apesar da ambição noticiosa, também se nota no *DN*, na tradição do enciclopedismo e dos almanaques, a vontade de prover à “instrução pública”, mesmo que por trás estivessem também intenções de entretenimento para cativar o público.

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o negócio e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes.

O vigor da imprensa noticiosa portuguesa continua pelo resto do século XIX, sendo visível, por exemplo, no paradigmático *Diário de Notícias*, cuja linha editorial se mantinha predominantemente noticiosa e o estilo simples, como indica a própria denominação do jornal. Veja se, por exemplo, a seguinte notícia, de 22 de Outubro de 1881: “*Foram confirmadas as nomeações dos Srs. José Correia Nunes e Vicente Lino Patrício Álvares para membros do Conselho Superior de Instrução Pública da Província de São Tomé e Príncipe.*”.

Se ignorarmos as questões de estilo, como o emprego de “Srs.” (designação reveladora de boa educação e polidez, caída em desuso no jornalismo português, mas não noutros países) e o recurso à voz passiva, verificamos que a notícia atrás, extremamente seca, corresponde, inteiramente, ao conceito actual de notícia e, cumulativamente, ao conceito de lead.

Outros jornais nascidos no final do século XIX adoptaram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*, com destaque para *O Século*, fundado, em 1881, por um grupo de republicanos. O seu primeiro director foi Magalhães Lima, substituído, em 1896, por Silva Graça.

A rápida expansão do jornalismo noticioso objectivo, neutral e independente trouxe várias consequências:

1. A rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas) profissionais, de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”;
2. A divisão de trabalho nas redacções e a fixação de uma hierarquia profissional;
3. A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, o que origina frequentes apelos à formação específica - e até superior - dos jornalistas;
4. A diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”;
5. A fundação de organizações de classe, como as associações de jornalistas de Lisboa e Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;
6. A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez decair o prestígio da profissão de jornalista, crescentemente encarada como uma profissão técnica, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humanidades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins.

Características do discurso jornalístico oitocentista

- Estilo panfletário;
- Capacidade de convencer e de atacar;
- Espírito crítico;

- Linguagem literária;
- Sátira;
- Extensão do debate político;
- Densidade doutrinária e ideológica.

Agências Noticiosas

Uma agência noticiosa é uma empresa jornalística especializada em difundir informações e notícias diretamente das fontes para os meios de comunicação.

As agências não fornecem informações diretamente ao público, mas sim aos média.

Faz a mediação entre a comunicação entre a fonte e os leitores/espectadores.

Uma agência de notícias nunca pára: ela está sempre operando, 24 horas por dia e sete dias por semana, para prover seus clientes com informações que eles possam usar como base para montar seu noticiário.

Rapidez é um valor supremo nesse tipo de jornalismo: uma grande agência de notícias deve ser capaz de enviar informações de última hora a qualquer momento em que elas aconteçam, seja de dia ou de madrugada, sem esperar.

Como ela “fala” com os jornalistas nas redações e não para o grande público, essa rapidez tem a função de alertar os profissionais para uma notícia importante que precise ser dada ou para preparar uma cobertura de grandes proporções (por exemplo: a morte de um papa, um atentado terrorista, um golpe de Estado).

A designação tradicional das agências noticiosas era "agências telegráficas de informação" e tal advém do facto destas serem o elo de ligação entre informação e media.

Com os grandes progressos que ocorreram no século XIX ao nível das técnicas de impressão e dos meios de transporte de informação – como a invenção do telégrafo – assinala-se advento da comunicação social como uma indústria.

De facto, a melhoria dos transportes, o alargamento da vida escolar e as grandes tiragens possibilitadas pelas rotativas dão nesse período enormes saltos.

Aparecem as primeiras agências noticiosas, e surge a ideia de constituir uma imprensa barata, destinada a um grande público.

O surgimento das agências noticiosas, como grossistas de informação, data exactamente deste período caracterizado pela transformação da imprensa de opinião em imprensa informativa, mais acessível e generalista e que começa a demonstrar uma postura pró-activa na procura de factos noticiosos.

Favorecidas ainda com o progresso tecnológico da comunicação – especialmente no que concerne à invenção do telégrafo – que tornou possível, a partir do final da primeira metade do século XIX, a transmissão rápida e a distância, de informações, as agências encontravam assim o seu lugar no campo dos média e o garante do seu sucesso.

No nascimento desta nova actividade está Charles-Louis Havas. Em Paris, no ano de 1835, este poliglota e perspicaz ex-banqueiro e ex-negociante arruinado em consequência da derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo, partindo do pressuposto de que nenhum jornal tem, por si, possibilidades financeiras para manter uma rede de correspondentes em todos os locais estrategicamente importantes sob o ponto de vista informativo. Assim, transforma o estabelecimento de tradução de correspondência estrangeira – a *Correspondence Garnier* – que havia adquirido em 1832, e cria um serviço de difusão de informações, a *Agence des feuilles politiques – Correspondence générale*, mais conhecida por Agence Havas. É assim que, com a ideia visionária de um homem Charles Havas, e a criação de um pequeno negócio de venda de notícias – que inicialmente muitas dúvidas terá suscitado sobre se conseguiria sobreviver financeiramente, mas que mais tarde viria a dar origem a uma das mais importantes agências de notícias internacionais, a France Presse, – começa a história das agências noticiosas.

Em Portugal, os primeiros despachos informativos de agência, que seriam os da Agência Havas, só chegariam em 1866.

Lusitânia

Os primeiros passos no sentido da criação de uma agência noticiosa são dados em Portugal apenas em 1944, com a fundação da agência Lusitânia, por Luís Caldeira Lupi. Este jornalista, correspondente em Portugal da Associated Press e da Reuter – e ideológica e pessoalmente próximo do poder político – descontente com as notícias sobre Portugal que eram publicadas nos jornais das colónias aos quais chegavam através de agências estrangeiras, começa a projectar a criação de uma agência de informação ainda durante a década de 30.

Possuía uma missão patriótica, na prática o resultado saldava-se pela existência de uma evidente antinomia entre a imparcialidade e a objectividade a que obriga a actividade jornalística e o empenho em difundir a “mensagem” do Estado Novo.

ANI

Em 1947, o até aí redactor-chefe do *Diário de Notícias*, Dutra Faria, juntamente com Barradas de Oliveira e Marques Gastão funda a Agência de Notícias e Informação (ANI), juridicamente, uma sociedade de responsabilidade limitada.

ANI & Lusitânia

Em 1963, constatamos que o panorama da informação de agência em Portugal tinha entretanto sofrido alterações significativas.

Obrigada a enfrentar uma situação de concorrência direta, para a qual não estava preparada, a Lusitânia não conseguiu manter a sua posição de liderança campo da informação

e foi perdendo continuamente poder e prestígio a favor da ANI, que ocupava já nesta altura uma posição claramente dominante, que manteria até à extinção de ambas.

Terão sido quatro as principais razões que conduziram à estagnação da Lusitânia e à proeminência da ANI:

1. O baixo nível escolar e cultural dos jornalistas que colaboravam na Lusitânia, ao qual se contrapunha o dinamismo e a juventude da equipa da ANI;
2. A ANI usufruía de uma melhor reputação na esfera dos media, sendo considerada como “mais liberal” que a Lusitânia. Esta última, por se considerar estar mais ligada ao regime, com o qual partilhava afinidades e objectivos, foi perdendo credibilidade junto dos órgãos de comunicação social e, particularmente, dos das províncias ultramarinas;
3. Ao contar com a colaboração de outras agências noticiosas estrangeiras e da agência internacional UPI para a elaboração do seu serviço noticioso internacional, a ANI garantia a sua superioridade relativamente à Lusitânia, que não possuía capacidade económica para contratar os serviços das agências internacionais;
4. Após o início da guerra em Angola [em 1961], e apesar dos protestos da Lusitânia, a ANI incrementou substancialmente a informação fornecida aos órgãos de comunicação social das colónias e a informação sobre as colónias distribuídas em Portugal.

Esta situação conduziria a que, já na década de 70 e principalmente durante os últimos meses do regime, aumentassem as vozes que defendiam a existência de apenas uma agência noticiosa e que se conjecturasse, inclusive, a possibilidade de fundir a Lusitânia e a ANI. Contudo, os acontecimentos que pouco depois viriam alterar definitivamente a realidade política e social do país impediriam a concretização do projecto nestes moldes.

No próprio dia 25 de Abril de 1974, as instalações da Lusitânia foram ocupadas pelos militares e, por força da nova realidade política do país, foram introduzidas alterações significativas ao serviço noticioso da agência; se antes a agência estava conotada com o regime do Estado Novo, agora os jornalistas tinham que proclamar a sua “simpatia” pelo programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

O destino das duas agências noticiosas parecia resumir-se ao de uma “morte anunciada”, que efetivamente viria a concretizar-se passado pouco tempo. A Lusitânia foi extinta em 18 de Novembro de 1974.

Quanto à Agência ANI, acabaria por não ter um destino muito diferente do da sua concorrente. Adquirida pelo Estado em 8 de Novembro de 1974, permaneceria activa apenas até Setembro de 1975, altura em que, através do Decreto-Lei no 523, de 24 de Setembro, é dissolvida, sendo o seu passivo e activo, os seus direitos e obrigações transferidos para uma nova agência noticiosa constituída pelo Governo pouco antes, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP). Nesta altura, a ANI possuía um quadro constituído por 49 trabalhadores, dos quais 22 eram jornalistas e tradutores, 10 operadores de telex e 17 funcionários administrativos.

ANOP – Uma empresa pública de serviço público

A solução encontrada pelo Governo do pós-25 de Abril para resolver a questão das agências noticiosas tinha assim passado por um corte total com o passado, e culminara com a criação de uma nova agência – uma empresa pública – a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP).

Três anos passados após a sua criação e, fisicamente, a ANOP já havia alcançado uma dimensão considerável. Tendo começado em 1975 com sessenta e nove colaboradores, tinha crescido exponencialmente; por esta altura, a agência possuía já duzentas e seis pessoas ao seu serviço.

Num artigo publicado em 26 de agosto de 1980 no jornal *O Diabo*, afirma-se que, "como a esmagadora maioria dos diários portugueses não estão preparados, humana, técnica e economicamente, para cobrir jornalisticamente a maior parte dos acontecimentos noticiáveis de âmbito nacional, é à ANOP que, invariavelmente, vão buscar cerca de 90 por cento do texto que publicam. Salvo nos grandes acontecimentos, a que os órgãos de comunicação social enviam jornalistas próprios ou utilizam a sua rede de correspondentes (...), é à ANOP, pois, que cumpre fazer a informação em Portugal".

Em 1980, a ANOP começa a evidenciar sinais de alguma debilidade financeira. Alegando a existência de condicionantes externas à empresa – relativas às notórias dificuldades financeiras que o país está a atravessar -, começa a manifestar uma certa impotência para continuar a sua expansão.

É em meados de 1982, apenas 7 anos passados após a criação da ANOP, que o Governo, inesperadamente – pois apesar de ser do domínio público a pouca saúde financeira da ANOP ainda pouco tempo antes o primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão tinha elogiado o trabalho da agência na cobertura da sua viagem a Moçambique e nada indiciava a tomada de uma medida tão drástica e repentina -, decide apoiar a constituição de uma nova agência noticiosa de base cooperativista e extinguir a agência pública.

Poucos dias depois do estalar da polémica nos jornais sobre a possível extinção da agência noticiosa estatal, vinte e uma empresas de comunicação social e de telecomunicações (nove empresas públicas e 12 empresas privadas) assinavam um contrato de intenções para a criação da Cooperativa Porpress, destinada à fundação de uma nova agência privada.

A falhada extinção da ANOP e a coexistência forçada ANOP/NP – Notícias de Portugal.

Nesta fase inicial, trabalham na NP apenas vinte e cinco jornalistas, dos quais quinze são ex-trabalhadores da agência ANOP. O regresso a uma única agência noticiosa: ANOP + NP = Agência Lusa de Informação.

Dois anos após a publicação do diploma que determinava a coexistência de facto das duas agências noticiosas existentes, reconhecendo que a solução encontrada na altura não havia, na prática, correspondido minimamente às pretensões que estiveram na sua génese e que, pelo contrário, se tinha tornado numa solução extremamente dispendiosa, o Governo do Prof. Cavaco Silva retoma as conversações com as direções da ANOP e da NP com o objetivo de que estas cheguem a um acordo que viabilize a existência de uma única agência noticiosa nacional.

Será criada uma – e única – agência que revestirá a estrutura de cooperativa de utilidade pública, de responsabilidade limitada, agrupando o Estado e os utentes dos serviços informativos, cada qual com 50 por cento do capital social.

LUSA

A Lusa inicia funções com cerca de 240 trabalhadores, dos quais 170 são jornalistas que, habituados a concorrer entre si, têm agora de se adaptar à partilha de uma identidade comum.

Em 1996, depois de várias experiências, a Agência Lusa aderiu à Internet passando a disponibilizar um serviço noticioso gratuito vocacionado para as comunidades portuguesas no estrangeiro, assim como um serviço especial para rádios locais e imprensa regional, a preços mais acessíveis.

Diariamente são distribuídas cerca de 800 notícias e 250 fotografias. As notícias são divididas em diversos serviços: Cultura, Diversos, Sociedade, Desastres, Saúde, Nacional, Economia, Desporto, Internacional, Política e Agenda.

Livro de estilo – lusa

Serviço de agência - primeira característica do jornalismo de agência, a rapidez não pode ser exercida com o sacrifício da precisão e da exactidão. A notícia de agência deve ser completa, isenta e rigorosa.

Clareza – a notícia de agência deve ser sempre uma unidade independente e completa, redigida de forma acabada e publicável. Não se omitem factos nem pormenores sob o pretexto de já serem do conhecimento público.

Escrita viva e rigorosa - não se trata apenas de escrever depressa para não retardar a rapidez da difusão da notícia. Trata-se de conseguir que, na leitura, se tenha a sensação de rapidez – o que se obtém usando frases e palavras breves (frases de poucas palavras, palavras de duas sílabas de preferência às de três ou de quatro: “compra” é melhor do que “aquisição”, por exemplo).

Os títulos deverão obedecer a regras de economia de linguagem, não devendo exceder os 80 caracteres. Os títulos devem ser antecidos de palavra-chave apenas nas seguintes situações: quando a notícia se integra na cobertura de um tema ou evento com acompanhamento intensivo e continuado (em que a palavra-chave serve de identificador das várias peças distribuídas); no caso das reportagens, entrevistas, análises, sínteses, etc., estas classificações serão as palavras-chave, grafadas em maiúsculas. Exemplo: REPORTAGEM: Eleições na Guiné-Bissau decorrem em clima de medo.

O ‘lead’ corresponde ao primeiro parágrafo de uma notícia. Deve resumir o essencial do acontecimento, respondendo às perguntas clássicas – quem?, o quê?, quando?, onde? – e, se possível, ao como? e ao porquê?. Estes requisitos não se colocam nas reportagens, nas quais o texto pode abrir com a descrição do ambiente, do cenário do acontecimento, de algo que dê a “atmosfera” do que vai ser relatado.

Estrutura da notícia/ pirâmide invertida - nas notícias é obrigatório o uso da técnica da pirâmide invertida: a notícia deve correr do maior para o menor grau de interesse; a partir do fim da notícia, é possível cortar os parágrafos sem que o texto perca o seu sentido essencial. Em teoria, se restasse apenas o 'lead', ele seria suficiente para "aguentar" a história. É neste princípio fundamental de redacção que reside a facilidade de adaptação de um texto de agência a uma multiplicidade de suportes técnicos diferentes. Nas reportagens e nas entrevistas a técnica da pirâmide invertida pode ser dispensável.

As notícias, reportagens e entrevistas da Lusa não deverão exceder os 3.000 caracteres. Esse deve ser um valor indicativo e não uma imposição. A definição de um limite máximo ao tamanho das notícias é um bom princípio.